

15 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Pedido de investigação contra secretária chega à Procuradoria-Geral

Lorlane Comêli

Reportagem Local

O desembargador Renato Lopes de Paiva, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, encaminhou à Procuradoria-Geral de Justiça os autos relativos ao pedido de providência para apurar “eventuais ilícitos penais perpetrados pela secretária de Estado da Administração e Previdência Dinorah Botto Portugal Nogara”.

O pedido de providências foi feito pelo Ministério Público (MP) de Londrina na conta da denúncia relativa à Operação Voldemort, que apontou fraude na contratação emergencial do Providence Autocenter, oficina mecânica de Cambé, de propriedade de Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB) que manteria um “laranja” como dono oficial.

A assessoria de imprensa do Ministério Público do Paraná disse que a decisão do TJ, destinada ao procurador-geral de Justiça, Gilberto Giaçoaia, foi encaminhada à Subprocuradoria de Assuntos Jurídicos para análise preliminar. O procurador-geral é o responsável por instaurar procedimento para investigar eventual crime cometido pela secretária, que, em razão do cargo, tem foro no TJ. O procurador pode delegar a tarefa a outro procurador.

Protocolada em março, a denúncia incluiu entre os seis réus, além de Abi, o mecânico Ismar Jeger – suposto “laranja” – e então diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial (Deto), Ernani Delicato. São acusados de formação de organização criminosa, falsidade ideológica e fraude em licitação.

A Providence foi contratada no final de 2014 ao custo de R\$ 1,5 milhão, por 180 dias. O objeto do contrato era consertos em veículos oficiais, como viaturas da polícia, no Norte do Paraná.

Em entrevista concedida à FOLHA em março, a secretária considerou a suspeita sobre ela “uma leviandade”. Disse ser contrária a contratos emergenciais, mas, naquele caso específico, ele era necessário. Também afirmou que, embora tenha autorizado a contratação, não participou diretamente do procedimento e tampouco teria como saber que seria direcionado a qualquer empresa.

15 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Mais providências

Ao Gaeco não havia outra alternativa se não a de pedir providências à mais alta hierarquia do Ministério Público para decidir o que fazer com o provável enquadramento de autoridades estaduais referidas na "Publicano", entre elas o próprio governador cujo foro é o Superior Tribunal de Justiça como também de um conselheiro do Tribunal de Contas e o deputado estadual Tiago Amaral, este no Tribunal de Justiça. Se requereu providências, é porque entende suficientes as referências do processo, dentre as quais a mais forte de uma "delação premiada".

O Ministério Público, embora tivesse demorado para assumir as atribuições que recebeu em termos de autonomia da Constituição de 1988, já o demonstrou e isso de forma exaustiva no enquadramento do governador e seu secretário de Segurança, mais autoridades civis e militares encarregadas da repressão de 29 de abril no Centro Cívico por crime de improbidade.

Num momento em que o Paraná e Curitiba, em especial, é referência nacional no funcionamento da Justiça com a Operação Lava Jato é relevante que também haja esse nível de funcionamento na Justiça estadual. Estamos numa chance histórica de mudar o país pelo funcionamento exemplar de suas instituições. Em nenhum dos casos se trata de precipitação ou de presunção extremada de culpa mas a imperiosa necessidade de aprofundar investigações para que no contraditório tudo seja esclarecido.

AGENDA

Prerrogativas dos advogados

Londrina - Com o tema "Prerrogativas como pressuposto da ampla defesa", a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Londrina sedia, nos dias 30 e 31 próximos, o Encontro Paranaense de Prerrogativas na Advocacia, que acontece simultaneamente ao 3º Fórum de Prerrogativas da Subseção. As inscrições para o evento estão abertas e devem ser feitas pelo site www.oabpr.org.br/eventos. A taxa será um quilo de alimento, que deve ser entregue na noite de abertura do Fórum. A arrecadação será doada a entidades sociais.

15 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Encontro clandestino

O episódio da reunião entre Dilma, o presidente do STF e o ministro da Justiça, em Portugal, foi marcado pela ausência total de transparência

Dilma Rousseff, em viagem à Rússia para a cúpula dos Brics na semana passada, resolveu fazer uma “escala técnica” em Portugal — mas não em Lisboa, cidade que já lhe deu uma grande dor de cabeça em janeiro de 2004, ao retornar da Suíça. Desta vez, a cidade escolhida para o pernoite foi o Porto (embora uma informação inicial apontasse a capital portuguesa como o local da escala). A 120 quilômetros dali, em Coimbra, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, participavam de um evento com outros juristas. Cardozo contou a Lewandowski que Dilma estaria por perto, e o presidente do Supremo pediu ao ministro que costurasse um encontro com a presidente da República, na noite de 7 de julho, para conversar única e exclusivamente sobre o reajuste salarial dos funcionários do Judiciário, tudo feito da forma mais republicana possível — ainda que o encontro jamais tenha constado da agenda oficial de Dilma, Lewandowski e Cardozo.

Esta é a história na qual os envolvidos gostariam que o Brasil acreditasse — na verdade, os envolvidos teriam preferido que o Brasil nem soubesse do encontro, mas foram vencidos pelo jornalista Gerson Camarotti, do portal G1 e do canal Globo News. Não é o primeiro “encontro casual” que levanta suspeitas envolvendo o ministro da Justiça: no início deste ano, um advogado da UTC, uma das empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato, também esbarrou sem querer em Cardozo em Brasília, na antessala do gabinete do ministro, enquanto esperava um deputado com quem tinha marcado um almoço — pelo menos foi o que contaram para explicar o ocorrido.

A pergunta que todos fazem, diante da versão oficial, é simples: para tratar de um assunto como o reajuste dos servidores do Judiciário, era preciso que Dilma e Lewandowski atravessassem um oceano? Que o presidente do STF se deslocasse 120 quilômetros de Coimbra ao Porto, quando podia simplesmente atravessar uma praça em Brasília? Que o encontro não constasse de agendas oficiais?

Esse encontro às escondidas levanta suspeitas especialmente porque o Supremo Tribunal Federal, presidido por Lewandowski, pode ser chamado a decidir o futuro de Dilma Rousseff em pelo menos dois casos delicadíssimos. Num deles, o Tribunal Superior Eleitoral está avaliando se houve abuso de poder econômico na campanha para a reeleição de Dilma, em 2014. Na pior das hipóteses, a candidatura poderia ser impugnada, levando Dilma e o vice-presidente, Michel Temer, a perderem os cargos. Um recurso contra essa decisão seria apreciado pelo STF.

Além do front eleitoral, Dilma também está na mira do Tribunal de Contas da União, que avalia as contas da presidente, manchadas pelas “pedaladas” e outros recursos igualmente criativos para maquiagem a contabilidade oficial. Uma eventual rejeição das contas pelo TCU daria à oposição o pretexto necessário para iniciar, no Congresso Nacional, um processo de impeachment — mas o governo pode impedir esse desfecho recorrendo ao STF contra uma decisão desfavorável do TCU. Caso o Supremo dê razão ao Executivo, frustraria os interessados no impeachment.

Para Dilma e Lewandowski valem os mesmos critérios que a **Gazeta do Povo** já aplicou ao ministro da Justiça no caso dos encontros com advogados de empreiteiras investigadas. Que os chefes do Executivo e do Judiciário conversem entre si é natural, e efetivamente há temas que exigem diálogo entre ambos (como o próprio caso do reajuste dos servidores, que terá impacto nas contas públicas e no ajuste fiscal); o grande problema é a ausência total de transparência que envolveu o encontro em Portugal: uma reunião clandestina, sem constar de nenhuma agenda oficial, com todas as circunstâncias envolvidas, incluindo o contexto das acusações envolvendo o nome da presidente da República. Ao agir como agiram, Dilma, Lewandowski e Cardozo dão motivo para quem questiona a integridade do trio e coloca em dúvida a independência do Poder Judiciário em relação ao Executivo, em mais uma demonstração de como o lulopetismo age para rebaixar as instituições democráticas brasileiras.

15 JUL 2015

GAZETA DO POVO

➤ OPERAÇÃO PUBLICANO

Gaeco repassa ao procurador-geral denúncia sobre campanha de Richa

Devido ao foro privilegiado, governador não pode ser investigado em Londrina. Deputado e conselheiro do TC também foram citados

LONDRINA

Fábio Silveira, do JL

! A Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná recebeu nesta terça-feira (14) documentos encaminhados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) sobre citações de políticos com foro privilegiado nas investigações da Operação Publicano, que apura casos de corrupção na Receita Estadual. Dentre os políticos citados estão o governador Beto Richa (PSDB) e o deputado estadual Tiago Amaral (PSB), além de um conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC) cujo nome não foi divulgado.

Segundo sua assessoria de imprensa, o procurador-ge-

ral, Gilberto Giacoia, deve se manifestar após receber os documentos. Por terem direito a foro privilegiado, o governador e o conselheiro do TC têm de ser investigados e eventualmente julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), e o deputado estadual, pelo Tribunal de Justiça (TJ). O Gaeco não tem competência para investigá-los e tem de remeter as informações para a Procuradoria-Geral.

No caso de Richa, a citação refere-se a sua campanha eleitoral de reeleição, no ano passado, e não a ele pessoalmente. Na denúncia da 2.^a fase da Operação Publicano, o Gaeco afirma que uma propina de R\$ 800 mil, paga pela empresa KPS Industrial a um auditor da Receita, foi repassada a Luiz Abi Antoun, parente distante do governador. A partir de Abi, o dinheiro teria abastecido a campanha eleitoral.

No caso do deputado Tiago Amaral, a citação refere-se ao suposto pagamento de propina por uma empresa que pediu a liberação de créditos de ICMS para a Delegacia da Receita de Londrina. No segundo semestre de 2011, atuando como advogado de uma empresa abordada pelos audito-

res, Amaral teria participado da negociação da propina para garantir a liberação dos créditos de ICMS, cuja aprovação os auditores estavam segurando. Na época Amaral não era deputado.

Outrolado

A assessoria do PSDB afirmou que não houve aporte de dinheiro ilegal na campanha de Richa e que as contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral. Os representantes da empresa KPS, que teria repassado a propina que teria abastecido a campanha tuca-na, não foram localizados para comentar o assunto.

A assessoria de Tiago Amaral informou que ele não pode se pronunciar sobre o assunto, pois só conhece o caso pela imprensa.

A reportagem ainda procurou o TC. O Tribunal, por meio da assessoria de imprensa, informou que “desconhece qualquer citação a integrantes da Corte em relação à Operação Publicano” e que “não existe qualquer tipo de notificação ou procedimento semelhante que envolva qualquer um de seus membros na operação do Ministério Público”.



Veneri: estudo mostra que receita cresceu mais do que o projetado.

Havia verba para 8,17%, diz oposição

Luis Lomba, especial
para a Gazeta do Povo

A arrecadação do governo do Paraná em junho cresceu 14% em relação ao mesmo mês do ano passado — quatro pontos percentuais acima dos 10% previstos inicialmente pela Secretaria Estadual da Fazenda. Isso representa R\$ 1,12 bilhão além da receita corrente líquida projetada. Os números foram apresentados nesta terça-feira (14) na tribuna da Assembleia Legislativa pelo líder da oposição, Tadeu Veneri (PT). Segundo ele, os deputados foram induzidos a erro ao aprovarem correção salarial de 3,45% para o funcionalismo estadual, em vez dos 8,17% reivindicados pelos servidores, índice equivalente à reposição da inflação.

“Os deputados votaram nos 3,45% acreditando que não havia recursos para pagar o reajuste integral da inflação. Dinheiro havia. O que não havia era prioridade para

OUTROLADO

O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, considera que o aumento das receitas mostra que as medidas do ajuste fiscal estão funcionando. “Havia um déficit de R\$ 2 bilhões e tratamos de elevar receitas e reduzir despesas. A receita de fato cresceu e esse aumento de junho pode ser atribuído ao pagamento da 3ª parcela do IPVA, que não houve em junho do ano passado”, disse.

isso”, disse Veneri.

O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, considera que o aumento das receitas mostra que as medidas do ajuste fiscal estão funcionando. “Havia um déficit de R\$ 2 bilhões e tratamos de elevar receitas e reduzir despesas. A receita de fato cresceu e esse aumento de junho pode ser atribuído ao pagamento da terceira parcela do IPVA, que

não houve em junho do ano passado”, afirma. “Se pudéssemos dar o reajuste salarial pedido pelos servidores, nós daríamos. Se considerarmos o período de 2011 a 2015, os servidores tiveram reajuste 30% acima da inflação do período”, disse Costa.

Pagamento de conta

Veneri, porém, considera que os servidores do Executivo pagaram a conta do ajuste fiscal. A diferença entre os 8,17% e os 3,45% representa R\$ 540 milhões, metade do aumento nas receitas líquidas de junho. “Para ajustar a caixa da má gestão, o governo fez pacotes de cortes de gastos. Para não gerar mais estresse com fornecedores com pagamentos atrasados, preferiu se estressar com os servidores.”

A receita corrente líquida em junho foi 23,77% maior que no mês anterior. “O resultado está bem acima da estimativa que o secretário da Fazenda apresentou em audiência pública na Assembleia, em março, de crescimento de 10%”, diz Cid Cordeiro, economista que fez o levantamento sobre a arrecadação, com base em informações do Portal da Transparência.

O levantamento de Cid Cordeiro diz que a arrecadação com o ICMS em junho foi de R\$ 1,6 bilhão — R\$ 353 milhões a mais com o mesmo mês de 2014. No caso do IPVA, a arrecadação em junho foi de R\$ 223 milhões (um acréscimo de R\$ 135 milhões em relação a junho do ano passado). No geral, as receitas correntes líquidas somaram R\$ 3,531 bilhões em junho de 2015. No primeiro semestre, esse total foi de R\$ 21,053 bilhões. “Persistindo esses aumentos, quadro que considero provável, os novos valores representam um acréscimo considerável em relação à receita e o ajuste projetados”, analisa Cordeiro.

15 JUL 2015

GAZETA DO POVO

PF começa a atingir o núcleo político da corrupção na Petrobras

R\$ 4
MILHÕES

foram apreendidos pela PF na operação desta terça-feira. A polícia também apreendeu US\$ 45,6 mil e 24,5 mil euros.

R\$ 1
MILHÃO

é o valor estimado dos três automóveis de luxo apreendidos na Casa da Dinda, residência de Collor em Brasília.

Com autorização do STF, Polícia Federal faz buscas e apreensões na casa de Collor, do presidente nacional do PP, de dois ex-ministros e do filho do atual presidente do TCU

Kelli Kadanus, com agências

Com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), a Operação Lava Jato finalmente começou a atingir o núcleo político do esquema de corrupção na Petrobras. Nesta terça-feira (14), a Polícia Federal (PF) deflagrou nova fase da operação e fez buscas e apreensões em imóveis de alguns dos principais figurões da política nacional, tais como o senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL) e o

senador Ciro Nogueira (PI), presidente nacional do PP — veja no infográfico ao lado quais são as acusações e o que eles dizem sobre as suspeitas.

Também foram alvo de buscas e apreensões da PF os ex-ministros Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE, hoje senador) e Mário Negromonte (ex-PP-BA, hoje conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia); o deputado federal Eduardo da Fonte (PP-PE); e o ex-deputado federal João Pizzolatti (PP-SC). Outro investigado nesta fase da Lava Jato é Tiago Cedraz, filho do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz. Ninguém foi preso nesta fase da Lava Jato.

CONTINUA

15 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Os mandados foram cumpridos no Distrito Federal (12), na Bahia (11), Pernambuco (8), Alagoas (7), Santa Catarina (5), Rio de Janeiro (5) e São Paulo (5).

A BR Distribuidora, uma subsidiária da Petrobras, também foi alvo da operação. Os policiais buscavam documentos que possam ligar a companhia a casos de corrupção delatados pelo doleiro Alberto Youssef e outros presos.

Automóveis deluxo

Um os principais destaques desta nova fase da operação, batizada de Politeia, foram as apreensões de oito veículos, sendo cinco de luxo. Três deles são de Collor e foram apreendidos na Casa da Dinda, que ficou famosa quando ele era presidente por ter sido reformada com sobra de caixa de sua campanha presidencial de 1989. Os automóveis — uma Ferrari vermelha, um Porsche preto e uma Lamborghini prata — estão avaliados em mais de R\$ 1 milhão. A Polícia Federal também apreendeu R\$ 4 milhões, US\$ 45,6 mil e 24,5 mil euros.

Supremo

Ao todo, cerca de 250 policiais federais cumpriram 53 mandados de busca e apreensão expedidos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, referentes a processos que correm no STF e que envolvem políticos com mandato — e, portanto, com foro privilegiado.

Cerca de 50 políticos são investigados no STF por envolvimento na Lava Jato, entre eles três paranaenses que não foram alvo da operação desta terça-feira: a senadora Gleisi Hoffmann (PT) e os deputados Nelson Meurer (PP) e Dilceu Sperafico (PP).

Suspeitas

Collor foi citado na delação premiada do doleiro como um dos beneficiários do esquema de corrupção na Petrobras. Ele também foi citado pelo dono da UTC, Ricardo Pessoa, em seu depoimento à Justiça, assim como Ciro Nogueira. O empreiteiro afirma ter pago R\$ 20 milhões a Collor entre 2010 e 2012 em troca da influência do senador em negócios com a BR Distribuidora. Nogueira teria recebido R\$ 2 milhões. O senador do PP também foi citado pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Já Tiago Cedraz, filho do presidente do TCU, foi citado na delação premiada do dono da construtora UTC, Ricardo Pessoa. Ele é acusado de vender informação privilegiada do TCU. Pessoa disse ter feito pagamentos mensais de R\$ 50 mil a Tiago.

CONTINUA

Polícia Federal cumpriu 53 mandados de busca e apreensão, entre eles alguns envolvendo políticos que aparecem na Lava Jato. Veja quais as suspeitas que pesam sobre eles.



Fernando Bezerra Coelho (PE)
Senador

Suspeitas: Paulo Roberto Costa afirmou em depoimento que, em 2010, o senador pediu R\$ 20 milhões para a campanha de reeleição do então governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), morto no ano passado. Bezerra Coelho era secretário de Desenvolvimento de Campos.

Resposta: Bezerra Coelho nega as acusações. Em nota, o senador informou que confia no "pleno esclarecimento dos fatos".



Fernando Collor (AL)
Senador, ex-presidente

Suspeitas: Segundo Alberto Youssef, o senador recebeu cerca de R\$ 3 milhões em propina em um negócio da BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras. Ricardo Pessoa, da UTC, teria dito que pagou R\$ 20 milhões a Collor entre 2010 e 2012 em troca da influência do senador em negócios.

Resposta: Em discurso no Senado, o político afirmou que a operação é uma tentativa de prejulgamento. "Os fatos investigados datam de pelo menos mais de dois anos. A investigação já é conhecida desde o fim do ano passado e eu jamais fui chamado a prestar qualquer esclarecimento. Me coloquei à disposição, solicitei para ser ouvido".



Ciro Nogueira (PI)
Senador

Suspeitas: Segundo Alberto Youssef, o senador seria um dos beneficiários do PP no esquema de corrupção na Petrobras. Paulo Roberto Costa disse ainda que Nogueira determinava como seriam feitos os repasses ao PP após a morte do ex-deputado José Janene (PP-FR).

Resposta: O senador nega as acusações. O advogado do político, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse considerar abusiva a ação da PF. "O senador já falou, colocou à disposição da polícia o sigilo telefônico, bancário e fiscal. Vivemos uma época em que medidas invasivas se tornaram regra, não exceção", afirmou.

Eduardo da Fonte (PE)
Deputado federal



Suspeitas: Paulo Roberto Costa detalhou uma reunião que teve com Fonte e o senador Sérgio Guerra (então presidente do PSDB, falecido no ano passado), em 2010, na tentativa de barrar uma CPI para investigar contratos da Petrobras. Segundo Costa, ficou acertado que Guerra receberia R\$ 10 milhões. Alberto Youssef afirmou também que Fonte recebia repasses mensais entre R\$ 30 mil e R\$ 150 mil da "cota" do PP no esquema de corrupção na Petrobras.

Resposta: Por meio de sua assessoria, o político afirmou que está "à disposição da Justiça para colaborar no que for possível para esclarecer todos os fatos".



João Pizzolati (SC)
Ex-deputado, atual secretário estadual de Articulação Política em Roraima

Suspeitas: Conforme depoimentos dos delatores Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, o político teria recebido, em 2010, R\$ 5,5 milhões para financiamento de campanha e R\$ 560 mil para pagamento de um advogado. Pizzolati também fazia parte do núcleo político do PP que recebia repasses de R\$ 250 mil a R\$ 300 mil mensais.

Resposta: O advogado do político, Michel Saliba, criticou a operação da PF. "Atitudes invasivas me preocupam. Achei a operação desnecessária. Nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos", declarou.

Mário Negromonte (ex-PP-BA)
Hoje conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia



Suspeitas: Alberto Youssef afirmou que, após a morte do ex-deputado José Janene (PP-PR), o ex-ministro assumiu a liderança do esquema de corrupção. As câmeras da casa de câmbio de Youssef revelam que ele fazia visitas ao doleiro. Seu irmão, Adarico, trabalhava no escritório do delator. Paulo Roberto Costa disse ainda que repassou R\$ 5,5 milhões a Negromonte.

Resposta: O ex-ministro disse por meio de nota que está colaborando com as investigações. Ele afirmou que tem "plena convicção de que é essa investigação que apontará para a sua inocência relativamente aos fatos investigados".

15 JUL 2015

CONTINUA

15 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTROS SUSPEITOS

Tiago Cedraz
Filho do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU),
Aroldo Cedraz

Suspeita: Tiago foi citado na delação premiada de Ricardo Pessoa, dono da construtora UTC, acusado de vender informação privilegiada do TCU. Pessoa disse ter feito pagamentos mensais de R\$ 50 mil ao advogado, além de um pagamento de R\$ 1 milhão para que Tiago atuasse em um processo de contrato da UTC na usina nuclear Angra 3, em Angra dos Reis (RJ).

Resposta: Não se manifestou.

Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva
Filho

Filho do conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva,

Suspeita: O conselheiro do Carf figura como investigado na Operação Zelotes, deflagrada em março deste ano, que investiga processos relatados por Albuquerque Silva, pai do líder do PP na Câmara, Eduardo da Fonte (PP-PE). Não há detalhes sobre sua participação na Lava Jato.

Resposta: Não se manifestou.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

OPINIÃO

Priscila Forone/Gazeta do Povo



André Gonçalves, correspondente da Gazeta do Povo em Brasília

Collor: da Elba à Ferrari. Ou sobre como o Brasil só anda na marcha à ré

Vinte e três anos após sofrer um processo de impeachment cuja prova principal era a compra irregular de uma Fiat Elba, Fernando Collor subiu na hierarquia auto-

mobilitista: teve uma Ferrari, um Porsche e uma Lamborghini apreendidas pela Operação Lava Jato.

No fundo, todos sabiam que esse era o gosto do ex-presidente. Em parte, graças a ele, a abertura comercial do início dos anos 1990 serviu para aprimorar muitas das "carroças" vendidas no Brasil.

A questão é a repetição de casos e carros. E sobre como isso demonstra que a política brasileira não troca de marcha, não vai para frente. A direção é sempre a ré. Não é só com Collor. O PT quase se autodestruíu no escândalo do mensalão e agora está no epicentro do Petrolão.

Lula quase foi alvo de impeachment em 1995. Dilma Rousseff está na boca de um processo dez anos depois. O pior não é a repetição de notícias ruins. É que as notícias ruins são ainda piores. E se sucedem tão rápido quanto as supermáquinas de Collor.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Com o filho sendo alvo da operação, presidente do TCU não aparece no Senado

BRASÍLIA

Das agências

Com o filho Tiago Cedraz sendo um dos alvos da nova fase da Operação Lava Jato, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz faltou à audiência pública realizada nesta terça-feira (14), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que discutiu as pedaladas fiscais do governo da presidente Dilma Rousseff. A ausência de Cedraz irritou os senadores, especialmente após o TCU enviar um ofício para justificar a ausência do presidente do órgão. Na carta enviada à comissão Cedraz diz que não compareceria à audiência porque ainda aguarda manifestação do governo sobre o julgamento das contas de 2014, que estão sob análise do tribunal.

15 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» DEPOIMENTO

Delator diz que deu R\$ 4 mi a Dirceu em dinheiro vivo

O empresário Júlio Camargo, delator na Lava Jato, disse nesta terça-feira (14) ao juiz Sergio Moro que entregou R\$ 4 milhões em dinheiro vivo ao ex-ministro José Dirceu. Camargo colabora com as investigações sobre corrupção na Petrobras desde dezembro e já deu vários depoimentos, mas esta é a primeira vez que falou no assunto.

O empresário, que trabalhava para o grupo Toyo Setal, foi ouvido como testemunha numa ação penal que tem como réus o ex-diretor da Petrobras Renato Duque e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari, ambos presos em Curitiba.

Informado sobre a citação enquanto Camargo ainda era interrogado, o advogado Roberto Podval, que defende Dirceu, negou que ele tenha recebido propina e disse que o delator não falou a verdade.

Moro perguntou a Camargo se a nomeação de Duque para a diretoria de Serviços da Petrobras havia sido patrocinada por Dirceu, ministro da Casa Civil no governo Lula. O delator disse que sim, e afirmou que chegou a entregar R\$ 4 milhões, em espécie, para Dirceu a pedido de Duque. Ele não detalhou as circunstâncias nem o local em que a entrega teria sido feita.

Júlio Camargo já tinha admitido o pagamento de R\$ 137 milhões em suborno, dos quais US\$ 40 milhões (R\$ 102 milhões) para o lobista Fernando Soares, apontado como operador do PMDB, e R\$ 35 milhões para Duque.

O novo depoimento pode complicar a situação de Dirceu, alvo de um inquérito por causa dos pagamentos que recebeu de firmas que tinham negócios com a Petrobras.

OUTRO LADO

Advogados de Dirceu e Renato Duque negam as acusações

Defensor do ex-ministro José Dirceu, o advogado Roberto Podval negou que seu cliente tenha recebido propina ou recursos em espécie do esquema investigado na Lava Jato. "Todo o valor recebido foi registrado e as informações foram entregues ao juiz Sergio Moro."

Podval reafirmou que Dirceu não é responsável pela indicação de Duque para a diretoria da Petrobras.

Em ocasiões anteriores, a defesa do ex-ministro José Dirceu rebateu as alegações de Milton Pascowitch de que ele teria repassado recursos da Petrobras. Advogado de Duque, Alexandre Lopes, também negou as acusações.

"São tantas mentiras contadas pelos delatores que não dá para levar a sério", afirmou Lopes.

15 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Senado aprova projeto que altera o ECA

| *Estadão Conteúdo*

Apesar dos protestos de senadores, o plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (14) o projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aumenta o tempo de internação de menores infratores que cometem crimes hediondos e homicídio doloso. O texto segue agora para a apreciação na Câmara dos Deputados.

O projeto aprovado, por 43 votos a 13, foi um substitutivo apresentado à proposta pelo senador José Pimentel (PT-CE). O petista, porém, acatou a versão original de Serra, que aumentava o prazo da pena de três para dez anos. Originalmente, Pimentel defendia o tempo máximo de oito anos. O projeto também prevê que os menores infratores que cometerem crimes graves fiquem em uma ala separada dos demais. Em outra frente, a proposta também endurece a pena de adultos que usarem menores para praticar crimes.

Apesar de ser uma ideia de Serra, o projeto recebeu o apoio do Palácio do Planalto, que o vê como uma alternativa à proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos aprovada em primei-

ro turno pela Câmara dos Deputados. O líder do PT, Humberto Costa (PE), no entanto, liberou a bancada por votar como quisesse.

Ao anunciar que abriria a ordem do dia com a apreciação da proposta, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) foi interpelado por senadores que pediram mais tempo para discutir a proposta. Eles cobraram de Renan a promessa que o peemedebista tinha feito de criar uma comissão para analisar a proposta de alteração no ECA e a redução da maioria penal.

Foi colocado em votação um requerimento para decidir se o projeto seria votado ou não. Por 35 votos a 32, os senadores rejeitaram a proposta de adiar discussão do projeto.

O autor da proposta, Serra aproveitou a proximidade quem tem mantido com o presidente da Casa para pedir que o projeto fosse apreciado. Na segunda-feira, chegou a procurar parlamentares contrários à aprovação do projeto para tentar convencê-los da importância da matéria.

“Esse tema é um tema muitíssimo importante. Não dá para votar uma mudança tão importante no ECA sem uma discussão mais aprofundada.”

Lindbergh Farias, senador (PT-RJ)

15 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Orçamento do Paraná para 2016 será de R\$ 41,7 bi

**Deputados aprovaram ontem
Lei de Diretrizes Orçamentárias**

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que disciplinará a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Estado para o exercício financeiro de 2016, foi aprovado na sessão plenária da Assembleia Legislativa desta terça-feira (7). De autoria do Poder Executivo, o projeto (de nº 283/15) prevê uma receita total para fixação de despesa de R\$ 41,722 bilhões para o próximo ano, e passou em primeiro turno com 49 votos favoráveis.

O projeto da LDO para 2016 prevê uma receita total para fixação de despesas de R\$ 41.722.017.420,00, sendo que a prevista com pessoal é de R\$ 15.157.887.505,00. A previsão de transferência constitucional para a educação é de R\$ 8.094.840.822,00, resultando num valor líquido de receita de R\$ 26.982.802.740,00. ■

NOTA POLÍTICA

Sem acesso

A Justiça Federal negou o pedido do presidente da CPI da Petrobras, o deputado Hugo Motta (PMDB-PB), para que a comissão tenha acesso ao conteúdo da deleção premiada firmada entre Milton Pascowitch e o Ministério Público Federal (MPF). O despacho, assinado pelo juiz Sérgio Moro, é de sexta-feira (10) e foi publicado no domingo (12).

15 JUL 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

SÓ CARRÕES!

Polícia Federal
apreende Ferrari,
Porsche e
Lamborghini na
casa de Collor,
que reclama

AE - Brasília

A PF apreendeu na manhã de ontem, na Casa da Dinda, residência do senador Fernando Collor (PTB-AL), carros de luxo - um Porsche, uma Ferrari vermelha e um Lamborghini. A ação integra a Operação Politéia, que cumpre 53 mandados de busca e apreensão envolvendo pelo menos três senadores, um deputado federal, além do ex-ministro das Cidades Mário Negromonte (PP-BA) e o ex-deputado federal João Pizzolatti (PP-SC).

Também foram alvo das ações os senadores Ciro Nogueira (PP-PI), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), além de Collor. O deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), líder do PP na Câmara, também foi alvo das ações.

A operação é a primeira deflagrada no âmbito dos inquéritos abertos em março no Supremo Tribunal Federal (STF) pra apurar suposto envolvimento de políticos no es-



Ferrari é retirada da Casa da Dinda: Collor é apaixonado por carros.

queima de desvios da Petrobras. As ações estão sendo realizadas em Brasília e em seis Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Bahia, Santa Catarina e Pernambuco.

O ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) classificou como "invasiva e arbitrária" a operação. Ele diz ainda que já se colocou à disposição pra ser ouvido pela Polícia Federal, mas que, por duas vezes, o depoimento foi desmarcado na véspera. Collor criticou ainda o que chamou de desrespeito às garantias individuais pelo "Estado policial". "Se nem os membros do Senado Federal estão livres do arbítrio, o que se dirá do cidadão comum, à mercê dos Poderes do Estado", afirmou.

SÍMBOLO

A Casa da Dinda ficou famosa após a eleição de Collor pro Planalto, em 1989. Ele fez da mansão sua residência oficial, rejeitando o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto. A casa se tornou um símbolo dos escândalos de corrupção que levaram à queda de Collor. Descobriu-se que o tesoureiro da campanha do então presidente, PC Farias, pagou a reforma dos jardins da mansão com dinheiro depositado em contas fantasmas. A obra custou na época cerca de US\$ 2,5 milhões.

15 JUL 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

BOMBA NA PROCURADORIA

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) encaminhou ao Procurador-Geral de Justiça do Estado, Gilberto Giacoia, os trechos da delação premiada em que o ex-inspetor regional de fiscalização da Receita Estadual em Londrina, Luiz Antônio de Souza, cita políticos como o governador Beto Richa (PSDB) e o deputado estadual Tiago Amaral (PSB). Por causa dos mandatos eletivos, os dois têm direito ao foro privilegiado e não podem ser investigados pelo Gaeco de Londrina. No caso do governador, o foro é o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

PROPINA

Entre as situações citadas pelo delator estão o recebimento de R\$ 2 milhões em propina pra campanha de Richa à reeleição, no ano passado. Segundo Souza, o dinheiro da propina teria sido entregue ao ex-inspetor geral de fiscalização da Receita Estadual, Márcio de Albuquerque Lima e dele foi pra Luiz Abi Antoun, primo de Richa.

CAMPANHA

Uma única empresa teria dado uma propina de R\$ 800 mil pra campanha, em troca do uso de créditos fictícios de ICMS, dinheiro que foi pro caixa da reeleição. O PSDB tem negado sistematicamente que a campanha da reeleição tenha recebido recursos oriundos de propina e que existisse um caixa dois.

BEMPARANÁ

PAINEL

15 JUL 2015

Novo CPC

Prossegue nesta sexta-feira, dia 17 de julho, o ciclo de estudos sobre o Novo CPC promovido pelo escritório Küster Machado Advogados Associados. A terceira aula será ministrada por Luana Laís Lavratti atuante nas áreas de Direito Civil e Processual Civil, e irá abordar Os Honorários Recursais no novo CPC. O evento acontece no auditório da unidade de Curitiba, das 17 horas às 17h30.

Bolsas

Até 16 de julho, a ABDConst - Academia Brasileira de Direito Constitucional está com inscrições abertas para o concurso de bolsas de pós-graduação *lato sensu* para o segundo semestre deste ano, direcionadas a bacharéis em Direito. São ofertadas 4 bolsas de estudos de 25% a 100%. Informações: www.abdconst.com.br

Email

Enviar mensagens eletrônicas promocionais, embora possa causar incômodo, não gera dano moral, pois existe tecnologia que permite o bloqueio, a exclusão ou recusa dessas mensagens. O entendimento é da 9ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

Ematra

A Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR) está com matrículas abertas para o segundo semestre. Além da pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário, há três novos cursos preparatórios para concurso da Magistratura do Trabalho. Informações e inscrições www.ematra9.org.br, fone 3232-3024 ou ematra@amatra9.org.br.
ISS
O valor do ISS integra o conceito de renda bruta e compõe base de cálculo do PIS e da Cofins. O entendimento é da 1ª Seção do STJ.

15 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ação policial amplia pressão contra políticos na Lava Jato

PF vasculha residências e escritórios de Fernando Collor e outros cinco políticos

Primeira ofensiva desde abertura de inquéritos foi autorizada pelo STF; congressistas criticam ação da Procuradoria

DE BRASÍLIA
DO RIO
DA EDITORA INTERINA DO "PAINEL"

A Polícia Federal realizou nesta terça-feira (14) buscas em residências e escritórios do senador e ex-presidente da República Fernando Collor (PTB-AL) e de outros cinco políticos investigados sob suspeita de envolvimento com o esquema de corrupção descoberto na Petrobras pela Operação Lava Jato.

A ação policial representa a primeira ofensiva contra esses políticos desde março, quando o Supremo Tribunal Federal autorizou a abertura de inquéritos sobre 13 senadores e 22 deputados federais acusados por participantes do esquema que se tornaram delatores e passaram a colaborar com as investigações.

Os policiais vasculharam residências de Collor em Brasília e Maceió e a sede da TV Gazeta, afiliada da TV Globo que é controlada pela família do ex-presidente. Na Casa da Dinda, residência que pertence a sua família em Brasília,

a PF recolheu uma Ferrari vermelha, um Porsche preto e uma Lamborghini prata.

Houve buscas em seis Estados e no Distrito Federal. Os policiais apreenderam discos rígidos de computador, documentos, obras de arte, joias, relógios e outros cinco veículos além dos que estavam na Casa da Dinda. Também recolheram grande quantidade de dinheiro em espécie, incluindo cerca de R\$ 4 milhões, dólares e euros.

Além de Collor, foram atingidos os senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), e os ex-deputados Mário Negromonte (PP), hoje conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, e João Pizzolati (PP-SC), hoje secretário estadual de Roraima.

As buscas foram autorizadas pelo ministro Teori Zavascki, que conduz os inquéritos da Lava Jato no Supremo, pelo presidente do tribunal, Ricardo Lewandowski, e pelo ministro Celso de Mello, que revisaram alguns mandados a pedido da Procuradoria-Geral da República.

PROPINA

Collor foi o principal alvo da ação policial. O doleiro Alberto Yousseff, um dos operadores do esquema de corrupção, disse que pagou R\$ 3 milhões de propina a ele em troca de vantagens na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras que administra sua rede de postos de combustíveis.

O empresário Ricardo Pessoa, dono da empreiteira UTC, afirmou aos procuradores da Lava Jato que pagou R\$ 20 milhões de propina a Collor entre 2010 e 2012 em troca de facilidades num contrato com a estatal. O ex-presidente nega as acusações.

Foram realizadas buscas também na sede da BR Distribuidora, no Rio, e nas residências de dois ex-diretores da estatal que foram indicados por Collor, José Zonis e

Luiz Cláudio Caseira Sanches. Eles foram afastados de seus cargos em 2013, mas são funcionários de carreira e continuavam na empresa.

Em nota, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, disse que as buscas foram necessárias para esclarecer fatos investigados nos inquéritos, impedir a destruição de provas e apreender bens que podem ter sido adquiridos com dinheiro sujo.

CONTINUA

15 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A ação foi batizada pela PF de Politeia, nome dado pelo filósofo grego Platão à ideia de uma cidade em que as virtudes éticas prevaleceriam sobre a corrupção, como ele descreve em "A República".

Collor e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que também é investigado pela Lava Jato mas não foi alvo de buscas nesta terça, fizeram discursos no plenário para criticar a ação

policial e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A Procuradoria respondeu com outra nota, em que negou ter cometido irregularidades ao realizar buscas em apartamentos funcionais do Senado sem aviso prévio à Polícia Legislativa. Para a Procuradoria, isso só teria sido necessário se as buscas tivessem ocorrido no Senado. (GABRIEL MASCARENHAS, MÁRCIO FALCÃO, ANDRÉIA SADI, MARCO ANTÔNIO MARTINS, NATUZA NERY)

OS ALVOS DA OPERAÇÃO

PF cumpre mandados de busca e apreensão em nova fase da Lava Jato



Collor se defendeu no Senado nesta terça (14)

3 carros de luxo do ex-presidente foram apreendidos

- > Lamborghini Aventador, com preço estimado em R\$ 3,3 milhões
- > Ferrari 458 Italia, com preço estimado em R\$ 1,95 milhão
- > Porsche Panamera Turbo, avaliado em R\$ 999 mil

ALVOS DA BUSCA

- > Casas do senador em Alagoas e em Brasília
- > TV Gazeta, afiliada da TV Globo em Alagoas, da família de Collor

ALVOS DA OPERAÇÃO LIGADOS AO SENADOR

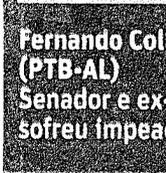
José Zonis e Luís Claudio Caseira Sanches
Ex-diretores da BR Distribuidora

CONTINUA

15 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OS POLÍTICOS	DO QUE SÃO ACUSADOS	O QUE ELES DIZEM
 <p>Fernando Collor de Mello (PTB-AL) Senador e ex-presidente, sofreu impeachment em 1992</p>	<p>O doleiro Alberto Youssef diz ter feito pagamentos de propina em espécie a Collor. Ricardo Pessoa, dono da UTC, diz ter pago R\$ 20 milhões ao senador entre 2010 e 2012 em troca da influência dele em negócios com a BR Distribuidora</p>	<p>O senador repudiou a operação policial, considerada "invasiva e arbitrária", e negou envolvimento em irregularidades</p>
 <p>Ciro Nogueira (PP-PI) Senador e presidente nacional do partido</p>	<p>É acusado por delatores da Lava Jato de decidir a divisão no PP da propina. O dono da UTC, Ricardo Pessoa, disse ter pago R\$ 2 milhões em suborno ao senador</p>	<p>O senador diz que se colocou antes à disposição das investigações e que a operação da PF foi "desnecessária"</p>
 <p>Eduardo da Fonte (PP-PE) Deputado federal</p>	<p>É acusado por delatores de ter articulado um pagamento de R\$ 10 milhões ao PSDB para barrar uma CPI sobre a estatal em 2010</p>	<p>O deputado não foi localizado</p>
 <p>Mário Negromonte (PP-BA) Ex-deputado federal e ex-ministro das Cidades, hoje no TCE-BA</p>	<p>Segundo delatores, era um dos que decidiam a distribuição de propina dentro do PP. Youssef diz que entregava a ele entre R\$ 250 mil e R\$ 500 mil por mês</p>	<p>Colaborou com as investigações e tem certeza de que será considerado inocente</p>
 <p>Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) Senador e ex-ministro da Integração</p>	<p>Recebeu R\$ 20 milhões do esquema para a campanha de Eduardo Campos em 2010, segundo o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa</p>	<p>Sempre esteve à disposição para colaborar com as investigações e confia que a situação será esclarecida</p>
 <p>João Pizzolati (PP-SC) Ex-deputado federal</p>	<p>Segundo delatores, era um dos que decidiam como distribuir os recursos no PP, tendo recebido comissões de empreiteiras que tinham contratos com a Petrobras</p>	<p>Apóia a investigação, mas considera desnecessárias medidas invasivas, como busca e apreensão</p>

15 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

PF foi truculenta e arbitrária, diz Collor

Cúpula do Senado endossou críticas do ex-presidente; Renan, que preside a Casa, também é alvo da Lava Jato

Em 1992, Renan abandonou o então aliado e engrossou o movimento pelo impeachment de Collor

**GABRIELA GUERREIRO
RENATA AGOSTINI
ANDRÉIA SADI**

DE BRASÍLIA

Um dos principais alvos da ação desencadeada nesta terça-feira (14) pela Operação Lava Jato, Fernando Collor de Mello (PTB-AL) disse da tribuna do Senado que a Polícia Federal usou de “truculência” e extrapolou “todos os limites” da legalidade.

Com o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que momentos antes havia lido uma nota da cúpula da Casa em repúdio à PF, o ex-presidente da República (1990-1992) disse que ele, sua mulher e suas filhas passaram por constrangimento e humilhação ao serem alvo de busca e apreensão em seus imóveis em Brasília.

“Fui submetido a um atroz constrangimento. Fui humilhado. Depois de tudo que passei em minha vida política, tive de passar por uma situação jamais por mim experimentada. Extremo desgaste emocional, mental e físico junto com minha Família. Portanto, constrangido fui. Humilhado também fui. Mas podem ter certeza que intimidado jamais serei”.

Além de terem o mesmo reduto eleitoral, o Estado de Alagoas, Collor e Renan — que também é alvo de inquérito na Lava Jato — foram aliados na ascensão do primeiro ao Palácio do Planalto. Rom-

pido do com presidente posteriormente, Renan acabou engrossando o movimento político pela queda do ex-aliado, o que ocorreu em 1992 após a abertura de um processo de impeachment por suspeita de corrupção.

A fala pública dos dois contra a PF foi precedida por uma reunião entre ambos por mais de duas horas no gabinete de Renan, nesta terça.

Na tribuna, Collor afirmou que a Polícia Federal, sob o comando do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, invadiu a “soberania de um Poder da República”.

O senador classificou a operação policial de “invasiva” e “arbitrária”, e reagiu, em especial, à apreensão de carros de luxo — uma Ferrari vermelha, um Porsche preto e uma Lamborghini prata — na Casa da Dinda, um de seus imóveis. Os veículos custam cerca de R\$ 6 milhões.

No discurso, Collor disse que todos os carros foram declarados e adquiridos antes das investigações da Lava Jato. Na declaração de bens de 2014 só aparece a Ferrari, no valor de R\$ 556 mil.

Ele afirmou que ainda mostrará a “face obscura” do Ministério Público. “É ou não é uma tentativa de imputação prévia de culpa, sordidamente encomendada pelo senhor Janot?”, questionou.

Nenhum dos vários senadores presentes na sessão comentou o discurso, como é comum nesse tipo de ocasião.

Também alvo da busca e apreensão desta terça, o senador Fernando Bezerra

(PSB-PE) participou normalmente da sessão na Casa.

VIOLÊNCIA

Antes da fala de Collor, Renan acusou a PF de “invasão”, disse que os métodos usados “beiram a intimidação” e foram uma “violência” à democracia. “Buscas e apreensões sem a exibição da ordem judicial e sem os limites das autoridades que a estão cumprindo, não é busca e apreensão. É invasão”, dizia a nota lida por Renan e assinada pelos membros da Mesa Diretora do Senado.

O chefe da Polícia Legislativa, Pedro Araújo, diz que uma resolução do Senado obriga a PF a se reportar à corporação quando for entrar em prédios da instituição.

A PF ressaltou que as buscas e apreensões foram determinadas pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Colaboraram MÁRCIO FALCÃO e GABRIEL MASCARENHAS, de Brasília

15 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Paternidade A tradicional disputa entre a Polícia Federal e o Ministério Público contaminou até a escolha do nome da operação. O procurador-geral, Rodrigo Janot, queria "Adsumus" (aqui estamos). Prevaleceu a ideia dos federais, uma alusão à cidade de Platão onde a ética se sobrepõe à corrupção.

Madrugou Janot, a propósito, apareceu de surpresa, às 4h da manhã, na reunião de trabalho que organizava detalhes dos mandados de busca. Quem estava presente entendeu o gesto como uma tentativa de marcar posição na liderança do caso.

Autoajuda O procurador ensaiou uma fala motivadora no briefing da madrugada. Citou até Mahatma Gandhi.

Primeira vítima A medida que repatriaria recursos do exterior patrocinada pela equipe econômica deve ser a primeira vítima da rebelião na base após a execução dos mandados nesta terça.

Corpo no chão A proposta prometia uma injeção de dinheiro no combalido caixa da União. "A Politeia tirou das mãos de Dilma mais de R\$ 20 bilhões", disse um peemedebista, sobre a pouca vontade de aprovar a regra agora.

Dois Poderes Alvo da Lava Jato, Renan Calheiros (PMDB-AL) vai procurar Ricardo Lewandowski para levar ao presidente do Supremo a "indignação" de parlamentares com os rumos da investigação. A principal queixa é não ter acesso à apuração nem saber do que, exatamente, são suspeitos.

Lei que proíbe o foie gras em São Paulo é derrubada pela Justiça

DE SÃO PAULO - A lei que proíbe o comércio e a produção de foie gras em São Paulo foi derrubada pela Justiça nesta terça (14). Sancionado pelo prefeito Fernando Haddad, o texto, que veta o fígado gordo de patos e gansos e a comercialização de artigos de pele de animais (criados para este fim), passaria a valer em 11 de agosto.

A ANR (Associação Nacional de Restaurantes) entrou com uma ação no último dia 8 pedindo a suspensão da lei. A associação alegou usurpação de competência do município e falta de razoabilidade. Ressaltou também o prejuízo

que, segundo a instituição, a lei causaria.

A norma foi suspensa pelo desembargador Sérgio Rui, relator do tema no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até o julgamento final da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade). Portanto, estabelecimentos de São Paulo podem continuar vendendo o ingrediente, até que haja uma decisão final do TJ-SP, o que ainda não tem previsão.

A prefeitura afirmou que não tomou conhecimento do caso e que não vai se manifestar até que sejam conhecidos os termos da liminar.

15 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

'O JUIZ NÃO ATUA, NÃO CANTA E NÃO DANÇA', DIZ ATOR VETADO

Uma aglomeração se forma em frente ao Teatro Procópio Ferreira na noite de segunda (13). É a fila de entrada para uma apresentação para convidadôs do musical "Memórias de um Gigolô", dirigido por Miguel Falabella. Enquanto os atores do elenco se preparam no camarim, um deles, o menino Matheus Braga, 13, está do lado de fora.

Na tarde daquele mesmo dia, ele recebeu a decisão final da Justiça, que manteve o veto à sua participação no espetáculo. Na semana passada, o juiz Flavio Bretas Soares, da Infância e Juventude do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, proibiu que ele pisasse no palco.

★
"O juiz disse que algumas coisas da peça podiam afetar

minha cabeça, mas não tem nada a ver. Ele não atua, não canta e não dança. Como vai saber como é?", dizia o garoto, que faz teatro, segundo sua mãe, desde os três anos e meio de idade.

Uma das "coisas" a que ele se refere é o uso da palavra "masturbação" em uma das cenas do musical. "Vê se pode? Só uma palavra, dita num contexto de comédia, vai afetar a formação dele? Não faz sentido", completava Priscila Braga, mãe de Matheus.

De acordo com ela, em nenhum momento o magistrado consultou a sua opinião nem a de Falabella, que "acompanhou todo o processo". Antes do início da sessão, o diretor fez um discurso de protesto contra a decisão. "O senhor

[juiz] ganha uma patética e tristonha citação na história do teatro brasileiro", disse.

O ator Eduardo Bodstein, que é assistente de direção em "A Volta pra Casa" — espetáculo com Regina Duarte que tem a participação de Matheus — diz que o garoto é um dos atores preferidos da atriz e que ela e o restante do elenco da peça estão protestando. "Isso é censura", afirma.

Tanto Matheus quanto sua mãe ainda esperam que ele possa participar da turnê do espetáculo em outros Estados. "Estou meio triste, mas os outros atores disseram que isso pode trazer coisas melhores no futuro", diz o garoto, que se prepara para lançar um disco e um filme até fim deste ano.

14 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro defende veto ao aumento do Judiciário

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, reforçou a opinião da presidenta Dilma Rousseff e indicou que o reajuste médio de 59,49% para servidores do Poder Judiciário deve ser vetado pelo governo.

Senado] não está compatível com o reajuste fiscal. Isso deve ser motivo para o veto. A presidenta se manifestou sobre isso na viagem", disse Barbosa em entrevista na segunda-feira (13), em Brasília.

"O reajuste [aprovado no

Barbosa defende veto ao aumento do Judiciário

Reajuste para os 117,5 mil servidores ativos e inativos do Judiciário custaria
R\$ 10,5 bilhões anuais a partir de 2018

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, reforçou a opinião da presidenta Dilma Rousseff e indicou que o reajuste médio de 59,49% para servidores do Poder Judiciário deve ser vetado pelo governo.

"O reajuste [aprovado no Senado] não está compatível com o reajuste fiscal. Isso deve ser motivo para o veto. A presidenta se manifestou sobre isso na viagem", disse Barbosa em entrevista na segunda-feira (13), em Brasília.

Durante viagem à Itália, no último fim de semana, Dilma comentou a inviabilidade de concessão de um reajuste como este. "Estamos avaliando, porque é impossível o Brasil sustentar um reajuste daquelas proporções. Tem certas... certos valores, certas quantidades de recursos que algumas leis exigem, que são impraticáveis. O país não pode fazer face a isso."

De acordo com o Ministério do Planejamento, o aumento para 117,5 mil servidores ativos e inativos do Judiciário custaria R\$ 1,5 bilhão este ano, R\$ 5,3 bilhões, em 2016 e R\$ 8,4 bilhões, em 2017, até atingir R\$ 10,5 bilhões anuais a partir de 2018.

A presidenta trata do reajuste do Judiciário enquanto negocia com servidores do Poder Executivo. "Com o Executivo estamos em negociação. Estamos trabalhando, seguindo um cronograma para apresentar ao Congresso, até o final de agosto, o reajuste do Executivo", disse Barbosa.

A proposta do governo é aumento de 21,3%, divididos em quatro parcelas até 2019. Os trabalhadores pedem, para o ano que vem, reajuste de 27,3% para repor perdas salariais desde 2010. Eles pedem ainda que o reajuste seja negociado anualmente.

Turmas julgam mais de sete mil processos no 1º semestre de 2015

As duas Turmas do Supremo Tribunal Federal (STF) julgaram, no primeiro semestre deste ano, um total de 7.691 processos, sendo 3.836 na Primeira Turma e 3.855 na Segunda. Entre os feitos, estão os que tratam de matéria criminal, apreciados em 11 ações penais, 21 inquéritos, 397 habeas corpus e 105 recursos ordinários em habeas corpus. Foram julgadas ainda 21 pedidos de extradição.

Grande parte dos casos apreciados pelas Turmas é formada por recursos extraordinários com agravo, que totalizaram 4.291 processos. Esses recursos são, em regra, analisados no julgamento de agravo regimentais contra decisões monocráticas proferidas pelos ministros, e apreciados no formato de listas.

Em maio do ano passado, em sessão administrativa, os ministros aprovaram emenda ao Regimento Interno (RISTF) transferindo do Plenário para as Turmas o julgamento de mandados de segurança impetrados contra atos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Permaneceu na competência do Plenário, entretanto, o julgamento de mandados de segurança contra atos do presidente do STF e do procurador-geral da República, na condição de presidentes do CNJ e do CNMP, respectivamente.